



Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).;

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho), Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Tão somente para registro, que não tem nenhum sentido substancial, mas é que ontem não tivemos o Grande Expediente e na ata consta que o Deputado Waldyr Pugliesi, nosso Deputado, utilizara e, na verdade, foi no tempo do horário da Liderança. Só uma observação, porque substancialmente não altera nada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Será anotada a observação de Vossa Excelência.
Em votação a ata. — *Aprovada.*

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja conferido o ato da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo

falecimento da professora LAURA FREITAS, ocorrido na última semana, em Mandaguari.

O lamentável fato veio enlutar elevado número de co-estudanos, que obtiveram grande apoio da antiga mestra.

Outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES pela posse, na Presidência da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, da nova Diretoria, encabeçada pelo Sr. José Roque da Silva.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

O setor terciário da economia paranaense — comércio e serviços — é hoje responsável por cinquenta por cento de nossa renda interna.

Somente este dado seria suficiente para dizer de perto da importância da Federação dos Trabalhadores do Comércio, entidade que aglutina 16 sindicatos trabalhistas.

A nova Diretoria, empossada e encabeçada por JOSÉ ROQUE DA SILVA tem metas dignas de menção, como a promoção de cursos para dirigentes sindicais, debates para advogados trabalhistas que militem em sindicatos filiados e aquisição de sedes próprias para todos os sindicatos filiados.

Sabedores do dinamismo dos novos integrantes da Diretoria hoje empossada, apresentamos este voto de congratulações, na certeza de que os trabalhadores do Comércio de nosso Estado não só estarão bem representados, como poderão estar certo de um período pleno de realizações no campo social e profissional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, uma vez ouvido o Plenário, o cancelamento de Regime de Urgência aprovado para o Projeto de Lei n.º 30/81, e que o mesmo tenha tramitação normal nesta Casa.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que, no turno da manhã, as aulas, em estabelecimentos de ensino de primeiro grau, se iniciam às 7:20 horas;

CONSIDERANDO que muitas crianças, de famílias pobres, e, portanto, mal agasalhadas, vão a pé, andando longas distâncias, até alcançarem a escola;

CONSIDERANDO que o inverno no Paraná é sempre rigoroso, e que, começando as aulas às 7:20 horas, as crianças têm de levantar-se bem mais cedo, o que fá-las padecer mais agudamente o frio,;

REQUER seja mudado, para as 8:00 horas, o início das aulas do turno da manhã nos estabelecimentos de ensino de pri-

meio grau, com o término às 12:00 horas, durante, ao menos, a quadra hiberna, a fim de que as crianças, oriundas de famílias de mais escassos recursos, não sofram tanto os rigores do frio.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) ROMERO FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor CORALDINO SOARES SEVERO, Digníssimo Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando o reinício e conclusão do "Anel Viário" de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

As notícias veiculadas pela imprensa, inclusive na data de hoje, nos jornais "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná", nos dão conta de reinício de todas as obras paralisadas em nosso Estado, as quais estavam a cargo do D.N.E.R., e o não reinício da que ora solicitamos. Traz profundas preocupações a todos os habitantes de uma das maiores comunas paranaense, pois, todos sabem que Campo Mourão de há muito aspira a conclusão do seu "Anel Viário", dado ser aquela cidade centro de irradiação e pólo de desenvolvimento de vasta região do Paraná.

A necessidade de tal obra se verifica principalmente devido ao intenso tráfego entre o terminal de Itaipu localizado em Maringá e Foz do Iguaçu, o qual passada dentro do perímetro urbano de Campo Mourão, não só trazendo prejuízos ao município, como também causando sérios perigos aos pedestres daquela localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Oscar Alves, Digníssimo Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, solicitando dos mesmos, a regulamentação da Lei n.º 02/80, de 07-07-80, que proíbe fumar nos veículos de transporte coletivo intermunicipal.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 02/80, proibiu terminantemente o uso do fumo em veículos de transporte coletivo intermunicipal, ficando os infratores e as empresas concessionárias de ditos serviços, sujeitos a penalidades pela não observância da mesma, no entanto, a falta de regulamentação da mesma está permitindo que o uso abusivo do fumo continue nos transportes coletivos intermunicipais, o que por certo, vem acarretando prejuízos aos usuários de ditos serviços que não têm o vício do tabagismo.

Urge, pois, que a regulamentação da referida lei seja feito de imediato para que se dê cumprimento a tão importante lei, a qual foi promulgada pelo Poder Legislativo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor NILVALDO ALMEIDA, Digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando urgência na conclusão da ponte do RIO DOS PATOS, localizada na BR-373 na rodovia que liga a cidade de PON-

TA GROSSA-FOZ DO IGUAÇU. Nossa reivindicação está baseada nos seguintes fatos:

CONSIDERANDO o constante tráfego na BR-373 no trecho PONTA GROSSA-FOZ DO IGUAÇU;

CONSIDERANDO a necessidade de maior segurança para os motoristas, visto os inúmeros acidentes ali ocasionados;

CONSIDERANDO a grande importância econômica daquela rodovia;

CONSIDERANDO a intenção governamental de concluir obras já iniciadas;

CONSIDERANDO a urgente necessidade da liberação da nova ponte, visto que está necessitando apenas de obras secundárias de engenharia.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 45/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A .

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CLUBE DO VOVÔ DE MARINGÁ", com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública é uma sociedade civil, de caráter recreativo e filantrópico, sem fins lucrativos. O objetivo principal é propiciar a assistência social aos idosos, bem como atividades recreativas, esportivas e culturais, integrando-os, desta forma, novamente na sociedade maringense.

Assim sendo, apresentamos a presente proposição, esperando dos nobres Pares que se dê o devido apoio e posterior aprovação nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 46/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A .

Art. 1.º — Os funcionários da Coordenação da Receita do Estado, responsáveis por débitos anteriores a 31 de dezembro de 1980, originados por enganos involuntários cometidos quando no desempenho de suas funções, depois de apreciados e julgados pelo Tribunal de Contas do Estado, poderão requerer ao Secretário de Estado das Finanças a remissão da dívida correspondente.

Art. 2.º — Os efeitos da presente lei abrangerão os débitos inscritos ou não em dívida ativa ajuizada para cobrança executiva ou objeto de parcelamento requerido na forma do artigo 163, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º — A presente lei não abrangerá débitos gerados em função do cometimento de crime contra a administração pública.

Art. 4.º — A remissão prevista nesta lei não autoriza a restituição de débitos já recolhidos total ou parcialmente.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

Tenho a elevada honra de encaminhar à apreciação dos nobres Deputados com assento nesta Casa, o incluso Projeto de Lei, que disporá sobre a concessão de remissão de débitos de funcionários da Coordenação da Receita do Estado, promanados de pequenos e involuntários enganos, quando do preenchimento de documentos nos Postos Fiscais e Agências de Rendas.

Grande parte desses funcionários responsáveis por débitos originados por enganos involuntários, já são detentores da condição temporal para aposentarem-se, porém, por força dessa pendência, vem vir se frustrando esse justo anseio, pois o Tribunal de Contas do Estado não registra aposentadoria, cujo beneficiário esteja em débito com o Estado.

Esses velhos servidores aguardaram confiantes a complementação temporal de 35 (trinta e cinco) anos de serviço para angariarem uma aposentadoria razoável - mourejaram em todos os quadrantes do Estado, ora nas estradas, na difícil missão de coibir a sonegação de tributos, ora destacados em longínquos Postos Fiscais, guardando nossas zonas lindas com outros Estados e Países.

Entretanto, no momento de serem premiados com o justo descanso proporcionado pela aposentadoria, verão toda sua pertinência na luta com a coisa pública, foi menor que um pequeno e involuntário lapso, cometido quando no desempenho de suas funções.

A função do fiscal é árdua, desgastante e cansativa, quer orgânica como mental, além de enorme responsabilidade moral e profissional que a circunda, que deve ser resguardada e defendida diuturnamente para a sobrevivência da própria classe, a fim de que se mantenha altaneira e livre de injunções cerceadoras, porque a fiscalização como "classe" - entendo eu, não tem e nem deve ter compromisso e nem envolvimento que lhe tolham sua liberdade e sua ação, as quais como um imperativo da própria exação, deverão gravitar em torno dos legítimos interesses, tanto do contribuinte como da administração.

Como está indicado no texto do projeto de lei, de modo certamente claro e claramente certo, os débitos que se objetiva a remissão não foram gerados em função da prática de ação delituosa contra a administração, antes, pelo contrário, o seu suporte fático repousa em pequenos lapsos quando do preenchimento de papéis, procedimento esse, muitas vezes levados a efeito nas madrugadas e em cabines de caminhões ou em congestionados Postos Fiscais.

PROJETO DE LEI N.º 47/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS - APOE", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1.981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA.

A Associação Paranaense de Orientadores Educacionais é uma entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e tem por finalidade congregar os orientadores educacionais do Estado, que primam pelo exercício legal da profissão, promovendo, também, dentro de suas possibilidades, atividades de caráter cultural e científica visando, desta forma, a formação e o aperfeiçoamento da classe, na divulgação dos objetivos da orientação educacional em nosso Estado.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei, devidamente estudada, demonstra que a entidade, que ora pretendemos declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria, razão porque, esperamos dos ilustres Pares o devido apoio e sua tramitação nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) -- Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, as duas principais causas da mortalidade em todo o mundo são, pela ordem, a fome e o fumo. Dados recentes de tal Organização demonstram que as demais causas da mortalidade, como as guerras, aparecem bem mais abaixo na lista.

Esta é, sem dúvida, a prova maior do inimigo que temos todos nós: o cigarro. Causador de uma série de males, desde doenças respiratórias até o câncer, o fumo é um vício que devemos combater com todas as nossas forças, pois, estamos nos defendendo as nossas próprias vidas.

No ano passado, o Governo Ney Braga realizou uma campanha por intermédio da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, fazendo com que os malefícios do fumo passassem a ser conhecidos por todos os paranaenses de uma forma mais clara. Os nobres colegas devem estar lembrados, inclusive, da "Greve do Fumo", realizada com êxito.

Tais campanhas deveriam ser realizadas de forma sistemática, a fim de alertar a todos, principalmente aos mais jovens, sobre o perigo deste vício.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos, hoje, esta tribuna para destacar um fato ocorrido em São Paulo, que consideramos de importância fundamental na luta contra o vício de fumar, e que nos motivou inclusive, a apresentar um requerimento a esta Casa.

Na semana passada, os juizes de menores de dezessete municípios do Vale do Paraíba, em São Paulo, incluindo cidade como São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá, decidiram iniciar uma ofensiva contra o fumo, proibindo a venda de cigarros a menores de dezoito anos. A determinação, expressa num provimento conjunto, assinado pelos magistrados, prevê multas de até três valores de referência (cerca de 12.000,00) e o dobro, em caso de reincidência.

Tal provimento foi elaborado de acordo com o artigo oitavo do Código de Menores, que dá poderes à autoridade judiciária para determinar medidas de ordem geral, além das previstas em lei, que demonstrem serem necessárias.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, considerando a iniciativa dos juizes de menores dos municípios paulistas como das mais acertadas, visando coibir principalmente a disseminação do fumo aos menores de idade, apresentamos a esta Casa um requerimento dirigido ao Juizado de Menores, solicitando que idêntica medida seja adotada no Paraná.

Para o nosso requerimento gostaríamos de contar com o apoio de todos os nobres Pares.

O requerimento é o seguinte: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente aos Juizados de Menores, sugerindo a proibição da venda de cigarros, a menores de 18 anos em todos os municípios.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1.981.

(a) GABRIEL SAMPAIO."

JUSTIFICATIVA:

pronunciamento anexo.

Era o que constava, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) -- A Mesa registra, com satisfação, a presença, em nossa tribuna de honra, do Sr. Prefeito Antônio Ramos, de Guaraniaçu, acompanhado dos Vereadores Santo Albuquerque, Jorge Facini, Sílvio Toledo, Antônio Rossoni e Artur Jansen. E a presença do Vereador de Faxinal, Sr. Joares Toneto Macedo.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Depu-

tado Fidelcino Tolentino.

Havendo declinado, concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Através desta Casa, através da sociedade, enfim de todas as lideranças paranaenses, o Paraná reclama:

- 1.º) - a falta de representatividade no Plano Federal;
- 2º) - problemas relacionados com o nosso modelo agrícola, que levou o nosso Estado a deixar de ser o maior produtor de café; hoje, somos o terceiro no País. E a ter este setor em grave crise.

No setor florestal, setor que era o orgulho deste Estado, estamos relegados a um segundo plano; no setor suinícola que vem de uma crise muito longa e principalmente em se tratando de agricultura, o Paraná reclama que as nossas culturas tradicionais de subsistência, foram relegadas também, a um segundo plano, levando ao interior, a fome.

Em terceiro lugar, o Paraná reclama a frustração das iniciativas empresariais na agro-indústria, com falência das indústrias que existiam e a inviabilidade para a formação de novas pequenas e médias empresas.

Inclusive, pela ação premeditada contra o Paraná, de parte do Conselho de Desenvolvimento Industrial, conforme denuncia muito bem o Sr. Secretário das Finanças, Dr. Edson Neves Guimarães.

Quando alerta o Paraná, numa reunião na Associação Comercial do Paraná, que o investimento que o CDI só tem aprovado para o Paraná, cinco por cento dos projetos enviados pelo Paraná.

Enquanto que para o eixo São Paulo-Minas-Rio de Janeiro, sessenta e seis por cento das indústrias para lá vão.

Portanto, as palavras são do próprio Sr. Secretário das Finanças.

Em quarto lugar, o Paraná reclama, no setor na infraestrutura rodoviária. É impressionante, mas gratificamo-nos por ter mais estradas estaduais que outras Unidades da Federação.

E nos sentimos satisfeitos quando a União anuncia uma nova obra: no caso, está na manchete dos jornais de hoje:— “nenhuma obra rodoviária, parada no Paraná”.

Como se isso fosse uma dívida ao nosso Estado. E ficamos a nos congratular, inclusive porque o Paraná vai ter mais uma estrada federal.

Mas, enquanto isso, Srs. Deputados, o Sr. Ministro dos Transportes vai a Minas Gerais e anuncia num só dia e num só pacote, nove obras, nove obras rodoviárias serão iniciadas naquele Estado.

Meus Srs., enquanto o Sr. Ministro vai a Minas Gerais e reafirma o propósito de construir a Estrada do Aço, ele deixa o Paraná na esperança que um dia teremos a Estrada da Soja.

O Paraná, Srs. Deputados, reclama até o pagamento da Central do Paraná que hoje gera uma renda extraordinária, a Rede Ferroviária Federal, que nesta obra, inclusive, não está fazendo a manutenção. E o próprio Estado, segundo denúncia que recebi há algum tempo atrás, a própria Secretaria dos Transportes do Paraná, para que aquela obra não desapareça, está fazendo a manutenção de uma obra, repito, que está trazendo recursos para a RFFSA, e nós, sequer, fomos indenizados pela doação que fizemos ao Governo Federal - doação, não, pela venda que fizemos ao Governo Federal.

O Paraná reclama, Srs. Deputados, que no Noroeste do nosso Estado, a erosão está engolindo cidades e está destruindo a qualidade do solo.

E o Governo Federal, Srs. Deputados, não retribuiu nada do muito que retirou em café, na pecuária, no algodão, nas regiões de Paranaíba e de todo o Noroeste.

Que é que o Governo Federal fez em troca de ter, através de uma política agrícola, desmatado toda aquela região?

Em sexto lugar, o Paraná reclama o programa energético do xisto, e as declarações do Sr. Véspero Mendes estão aí, no programa energético do xisto, que poderia ser um poderoso pólo de agregação industrial e gerador de empregos, além de concorrer para a produção de combustível nacional, como um dos meios para a solução da crise que vivemos, nós temos o seu cronograma de obras retardado, por falta de empenhos e por falta de uma liberação de seiscentos milhões de cruzeiros.

E os Srs. verão, a seguir, que seiscentos milhões de cruzeiros praticamente não é nada, para uma obra de tal vulto.

O Paraná também reclama de um deficiente sistema de ensino, especialmente o ensino básico, sacrificado pela política educacional no Estado, e agravado pela aplicação de recursos estaduais para o ensino superior.

O Paraná é, hoje, o Estado que mais gasta com a educação a nível superior, o que não impede que os estudantes e suas famílias, sejam também penalizados com os custos da educação.

Isso porque, Srs. Deputados, embora tenhamos tido três Srs. Ministros da Educação, não conseguimos a federalização das nossas universidades Estaduais.

O Paraná reclama, Srs. Deputados, dos graves problemas de desemprego crônico, considerado até normal no nosso Estado, mas, principalmente, do subemprego, que vai das pequenas atividades, passa pelos estudantes e jovens, e culmina no “bóia-fria”, eterna vítima das estatísticas oficiais, sobre o trabalho de direito.

Isso ficou bem retratado no surpreendente êxodo de paranaenses para outros Estados, como comprovou o último senso.

Do que se disse, evidencia-se que o Paraná já não é um Eldorado, e seu futuro tem de ser repensado. Nesse ano, e se reforça, hoje, mais do que nunca, cada vez que as idéias da sociedade e sem a firmeza necessária, desvirtuando objetivos e metas reais.

Daí, a sinuosidade e falta de convicção, demonstrando um grande oportunismo político, com que se apresentam os chefes dos vários setores responsáveis pelas coisas do Paraná.

Existem soluções sérias para os nossos problemas. Tem o povo paranaense, condições de evitar o aprofundamento da crise e encontrar caminhos no interesse de toda a coletividade?

Nós acreditamos, Srs. Deputados, que há soluções para nossos problemas, mas elas dependem de uma profunda modificação política no Estado, e, em especial na postura de seus quadros dirigentes, especialmente agora que chegamos ao final das fronteiras agrícolas.

É preciso que a política e o Governo reflitam o novo Paraná em seus centros dinâmicos.

Srs. Deputados, de tudo isso, se conclui, no nosso entendimento, e o povo começa a entender assim: o Governo do Estado do Paraná está desorientado.

Vejamos alguns exemplos: ao mesmo tempo em que o Sr. Véspero Mendes conclama que repensemos o Paraná, ele declara - e declara a um jornal de Foz do Iguaçu - que chegamos a um tal comprometimento da máquina administrativa e financeira do Estado que se torna inviável qualquer aplicação em programas econômicos, sérios e necessários, como, por exemplo, a desapropriação de áreas para o reassentamento de colonos desapropriados por ITAIPU.

Isso consta em um jornal de Foz do Iguaçu, quando o Sr. Secretário, inclusive, levanta uma dúvida de que essa impos-

sibilidade seria pela existência da Assembléia Legislativa.

Porque, o Sr. Secretário acusa, acusa não, se desculpa em não arranjar dinheiro para o reassentamento dos colonos de ITAIPU dizendo que a máquina do Estado é muito pesada.

E, principalmente, tem de ser através da Assembléia, a liberação de recursos, como se fosse tão difícil se conseguir recursos para essas finalidades.

E ainda, o Secretário da Administração chama a atenção para o problema energético, destacando o xisto como prioritário e reclama da falta de recursos para o setor.

Outro assunto que tem preocupado todas as Lideranças do Paraná e chegou a ser objeto de estudo pormenorizado do BADEP a perda de ricas terras pelas inundações das barragens elétricas, lamentando as perdas econômicas, um trabalho excelente do BADEP e que nesta Casa teve muita repercussão; também queremos dizer que, nesta Casa, também se levantaram os problemas sociais.

Lembro que, nesta Casa, não só os ilustres Companheiros da Oposição, mas também - é bom que se destaque -, ilustres Companheiros da Situação, levantaram suas vozes, mostrando que, da maneira como vão as coisas, o problema social residual de ITAIPU terá uma dimensão dificilmente imaginada.

Lembro das palavras do Deputado Werner Wanderer, que, talvez amanhã, ou depois, Foz do Iguaçu até perdesse a razão de sua existência: o turismo; por falta de segurança aos turistas que para lá se encaminhasssem.

Vejam, Srs. Deputados, que todos esses agravos do nosso desenvolvimento estão ocorrendo ao mesmo tempo e que a potencialidade deste Estado é tremenda.

E, novamente, o Secretário das Finanças informa e informa muito bem, que só no ano de 1979, o Estado do Paraná gerou um bilhão de dólares para esta Nação.

Em troca o que temos?

Em troca o que temos, Srs. Deputados?

Para nós não está havendo sinceridade da parte dos governantes, quando dizem, através da imprensa, ou como fizeram hoje, através da televisão, que, realmente estão repensando o Paraná.

Aliás, quando o problema fica mais aflitivo, lê-se, como lemos num jornal de Foz do Iguaçu, o Sr. Secretário das Finanças dizendo que está convocando os paranaenses para achar uma solução.

Agora, se convoca os paranaenses para achar a solução de um fato já consumado, que é ITAIPU.

E isso está no jornal de Foz do Iguaçu.

Mas, por que, Srs. Deputados, que não acreditamos na sinceridade desses governantes?

Vamos ver a verdade.

Na mensagem que o Sr. Governador enviou a esta Casa, no início deste ano, contendo o relatório das atividades de 1980, encontramos a demonstração clara, inequívoca, de que não há sinceridade naqueles que estão falando em repensar o Paraná.

Pasmem, Srs. Deputados, a tão famigerada obra de ITAIPU, tão criticada não como obra em si, mas por ter sido uma imposição ao nosso Estado, obra inclusive que proibiu, certa vez, até os Parlamentares de lá entrarem. Obra que não dialoga com as autoridades paranaenses, obra que foi uma imposição ditatorial em cima do Paraná, essa obra recebeu, nada mais, nada menos do que 6 bilhões e 400 milhões de cruzeiros, só no ano de 1980, e sabem de quem? Do nosso Banco de Desenvolvimento Econômico. 6 milhões, 400 milhões, que somados quatro bilhões e cem milhões de cruzeiros do BRDE, que também é nosso, somam mais de dez bilhões. Dez bilhões emprestados por nossos bancos para a obra de ITAIPU.

É esse dinheiro, Srs. Deputados que está faltando para reassentar o paranaense, aqui no Paraná.

É esse dinheiro que está faltando para a indústria do

Paraná, que só foi aquinhoadada - segundo dados do IPARDES com dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros.

É por isso que não podemos acreditar na sinceridade dos governantes que estão aí, pensando falar em termos de Paraná.

É por isso, Srs. Deputados, que o Paraná não pode começar a emprestar dinheiro por exemplo, para uma obra como a do Xisto, em São Mateus do Sul, que geraria milhares de empregos, por causa de seiscentos milhões que não foram emprestados talvez, à PETROBRÁS, que não iniciamos a Usina de Xisto; que hoje está desempregando, inclusive naquela cidade, centenas de operários, mas o BADEP, não sei porque razões e aí é que vive encoberta a razão e é por isso que nós gostaríamos de trazer aqui o Sr. Secretário das Finanças, que é o responsável pelo BADEP, quando o próprio BADEP reconhece que a obra de ITAIPU traz prejuízos financeiros para o Paraná, mas esse próprio BADEP empresta seis bilhões e quatrocentos milhões para a própria ITAIPU, para Furnas, para sabe o quê fazer, Srs. Deputados.

Três bilhões e seiscentos milhões foram para Furnas para tentar corrigir o erro da obra de ITAIPU que foi esquecida a ciclagem e é Furnas que está tentando resolver esse problema.

E neste Estado, Srs. Deputados que em 1985, segundo dados do próprio BRDE, do próprio BADEP, terá o superavit, usará apenas trinta e cinco por cento da energia gerada pelo Estado.

Esse Estado irá emprestar dinheiro para a toda poderosa ITAIPU.

Está aqui, Srs. Deputados.

Com orgulho, o Sr. Governador dizendo que ajudou os órgãos federais, os mesmos órgãos federais que vêm aqui anunciar uma pífia, apenas uma pífia obra, enquanto anunciam nove obras em Minas Gerais.

Esse mesmo Governo, senhores, Federal, que leva deste Estado só em 1979, um bilhão de dólares.

Esse mesmo Governo, Srs. Deputados, que não federaliza as nossas universidades, mas federaliza, por exemplo, a Universidade de Campo Grande no Mato Grosso do Sul.

Nós que tivemos os Srs. Ministros, e de que adiantaria termos outros, se quando lá estavam, também não federalizaram essas universidades.

E tem mais, Srs. Deputados.

Aqui está o relatório do Sr. Governador. O mesmo BADEP deu seis bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros para ITAIPU.

Emprestou apenas trezentos e trinta e dois milhões de cruzeiros para a COPEL, trezentos e trinta e dois, e a COPEL ainda tem coragem de dizer no relatório que neste ano de 1980, construiu 82 km de rede, 82 km de linha.

É por isso, Srs. Deputados - e eu chamo a atenção dos Deputados do Interior -, que cada vez que vamos para o interior, nos jogam na cara: "por que que em Santa Catarina, a eletrificação rural, é seis vezes mais barata do que no Paraná?"

Por que no Paraná, o dinheiro do paranaense é emprestado não sei se para comprar cargos políticos, nomeações, não sei mais o que, o dinheiro dos paranaenses é emprestado exatamente para os agentes federais, os mesmos agentes federais que estão inundando, que estão tripudiando sobre esse Paraná.

Srs. Deputados, não podemos calar nesse momento, em que tantos falam de repensar o Paraná.

Estamos com as nossas fronteiras agrícolas tomadas, o nosso café está desaparecendo, a soja não é um produto que nos dê uma segurança econômica.

A madeira tem, ali na Avenida São José, um símbolo do que foi, onde uma fábrica, a mais afamada desse País, a fábrica que representava esse Estado em toda a Federação

junto às maiores fábricas. Era a maior do Paraná, a Móveis Cimo, agora com suas portas cerradas.

Esse é o Paraná de hoje, que deve ser repensado, mas com sinceridade, e não repensado pelos mesmos homens que emprestam 6,4 bilhões de cruzeiros para os agentes do Governo Federal.

O Sr. **Nelton Friedrich** — Deputado, oportunamente gostaria de dar um aparte a Vossa Excelência.

O SR. **DENI SCHWARTZ** — Por isso, Srs. Deputados, não temos dinheiro para reassentar os nossos colonos aqui no nosso Estado.

Não podemos emprestar, fazer financiamentos para a PETROCIX, porque 600 milhões de cruzeiros impediram o início dessa obra que já estaria hoje deslanchando.

Não conseguimos deter a desertificação do nosso ex-rico Noroeste, não conseguimos criar programas que contribuam para a sustentação da nossa agricultura e não desenvolvemos uma industrialização racional bem distribuída no Estado, geradora de mais empregos, por falta de uma política de recursos financeiros condizentes à situação do nosso Estado.

Srs. Deputados, o paradoxo mais chocante é que para aqueles que detêm o poder central da União, e que consideram o Paraná uma mera província, o nosso banco repassa recursos, repito, de 6,4 bilhões de cruzeiros para o faraonismo subdesenvolvido, enquanto a indústria do Paraná recebe investimentos globais de 2,4 bilhões.

Hoje, Srs. Deputados, revejo minhas afirmativas que tenho feito nesta Casa, quando pedi que se marcasse hora, local e data para que o Sr. Governador assumisse o Governo, vejo o quadro mais sério. Acho que não só o atual Governador, mas outros que assumiram o governo.

Só a partir de hoje fico a indagar e a perguntar em nome de quem esse comando foi assumido?

Em nome dos Paranaenses ou em nome daqueles que os nomearam?

Em nome do povo paranaense ou em nome daqueles que detêm o Poder Central na base da força?

Estão para agradar o povo paranaense e resolver seus problemas, ou estão para agradar aqueles que têm na mão o poder da nomeação?

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. **Nelton Friedrich** — Deputado **Deni Schwartz**, com muita propriedade, atinge hoje o nó górdio da questão política do Paraná.

É até uma descarada pretensão, homens do governo querer vender uma idéia agora de repensar o Paraná. Estão inseridos diretamente no conjunto de relações, de articulações, de determinantes, de planos, de modelos que exatamente causaram esse Paraná que eles querem repensar agora, que está à beira desse caos, que auxiliaram totalmente na sua criação.

Eu diria até que precisamos insistir muito nesta questão, para não sermos enganados por essa farsa.

As mesmas mentalidades, as mesmas ideologias de Estado, posso assim dizer, as mesmas regras, para até não dizer os mesmos homens, porque os homens inteligentes mudam, e mudam para o melhor.

Mas como é possível admitir que essas mesmas mentalidades, as mesmas ideologias aqui aplicadas, venham querer propor alterações substanciais?

Queríamos muito nos estender aqui, mas fica muito claro uma coisa: enquanto neste País e neste Estado não mudarmos o poder decisório das coisas, teremos maquiagens, alterações superficiais nesse corpo político, econômico e sócio-cultural do Estado do Paraná e, de resto, no Brasil.

E, por esta razão é que ficam bem claros os dados que Vossa Excelência traz, não há nesse instante, parece-me alguém

no Paraná que poderia se tornar um defensor de um redimensionamento no Estado, com as mesmas mentalidades, as mesmas regras e os mesmos homens. Mas é que aí está uma outra questão que começa a parar, é porque o véu começa a ser retirado.

É quando está na ante-véspera de enfrentamento popular quando iremos medir com a medida real das necessidades do Estado o que se faz neste Estado e neste País, quando teremos um período eleitoral para fazer um grande debate das questões que são, na verdade, esquecidas, que se procura até desviá-las. Aí começam a surgir os novos “profetas”, os novos “cristãos”, para tentar vender novas idéias.

Ora, há quantos anos esses homens estão no Poder? Há quanto tempo usam e abusam do poder ditatorial autocrático que desenvolveram durante esses anos?

Por isso eu digo, Deputado, que fico muito satisfeito e entusiasmado até, e a rebeldia me amplia mais o pensamento de sentir de como se procura efetivamente escamotear a realidade.

Não há dúvida, Deputado **Deni Schwartz**, que Vossa Excelência está apenas começando hoje, e devo cumprimentá-lo como Líder da Bancada, com muita satisfação.

Vossa Excelência apenas está começando a trazer um tema que, por certo, haverá de ser a tônica, de vez em quando ao menos, nos próximos meses nesta Casa de Leis, nesta Casa do povo do Paraná.

Porque, falar em repensar o Paraná com esta mesma mentalidade, com as mesmas regras e os mesmos homens, é brincar com a paciência do povo e, acima de tudo, colocar todos na “tábula rasa” da ignorância.

Muito obrigado pela sua brilhante manifestação, que entusiasmo a nossa bancada, por certo este Parlamento, e continue, porque com certeza é desta maneira que podemos efetivamente recriar, remodelar, repensar, mas com novas mentalidades, com novas ideologias, com novos homens, o Paraná e o Brasil.

O Sr. **Trajano Bastos** — Permite um aparte, Deputado?

O SR. **DENI SCHWARTZ** — Agradeço o aparte do nobre

Deputado **Nelton**, dizendo que até nós todos, como paranaenses por nascimento ou adoção, temos um sentimento de frustração, porque não vemos o nosso Estado ser considerado perante a Nação como gostaríamos que fosse. Essa rebeldia, tenho certeza, não é um privilégio das bancadas da Oposição. Sei que este sentimento também é da bancada da Situação.

É por isto que tenho esperança, a esperança que talvez de dentro do Parlamento paranaense, possamos começar a discutir e repensar o Paraná; porque aqui, dentro desta Assembléia, realmente está o Paraná novo.

O Paraná que veio para o Paraná, como muitos dos Componentes desta Casa, depois das décadas de 50 e 60. Por isto, parece que daqui deveria surgir esta vontade férrea de repensar o Paraná, como muito bem disse Vossa Excelência.

Assisti ainda há pouco, um programa pela televisão, um noticiário em que uma série de pessoas falavam em repensar o Paraná. Mas, paradoxalmente, exatamente as pessoas que há muito tempo esqueceram de repensar o Paraná.

O Sr. **Trajano Bastos** — Ilustre Deputado **Deni Schwartz**, precisamos repensar o Paraná.

Talvez estejamos mesmo precisando repensar o Paraná, mas uma necessidade maior, ainda, é que o Paraná repense este Governo, dos fatos que Vossa Excelência enumera da tribuna, bem como tirar a máscara do alardeado prestígio que este Governo do Paraná teria junto ao Governo Central.

Já temos dito desta tribuna que o Governo do Paraná, graças à incompetência do seu Governador, vem perdendo, paulatinamente, o prestígio que o Paraná por sua força, por sua

potencialidade, deveria ter junto ao Governo centralista deste País.

É preciso que o Paraná repense este Governo, que repense a sua incompetência, que repense o sono eterno em que está prostrado este Governo.

É preciso que o Sr. Governador Ney Braga acorde, de uma vez por todas, e comece a governar este Estado, que saia de cima do muro administrativo e político que sempre esteve e que comece repensar realmente, o seu Governo, que comece a repensar as responsabilidades que tem para com o povo do Paraná, que comece a governar este Estado, que acorde, que saia deste sono letal em que seu governo está aprofundado, e que, ao invés de se colocar em cima do muro em todas as situações, em todas as ocasiões em que todos os Governadores se pronunciam e ele se cala, é preciso que nosso Governador acorde e comece a governar este Estado.

Porque, a continuar como está o Paraná sendo castigado, fustigado e sugado, pelo centralismo deste Governo Federal, é de se deixar no ar a pergunta, ilustre Deputado Deni Schwartz: onde vamos parar? Onde vai parar nossa indústria? Onde irá parar a nossa agricultura? Onde irá parar a erosão que está comendo e a transformar este Estado num deserto, se não for tomada uma política séria de preservação do solo não só urbano, como rural, que é uma das maiores riquezas deste Estado e que, anualmente, perdemos em solo, 30 por cento daquilo que produzimos para a riqueza deste País.

Então, é necessário que este Governo acorde de uma vez por todas e comece a governar este Estado.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Infelizmente, Sr. Deputado, a perda de solo a que Vossa Excelência se refere, ainda é muito menos que a perda do ser humano que este Estado perde.

Estão aí as estatísticas, estão aí as revistas . . .

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Comunico a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e solicito que conclua.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Qual é o artigo que está sendo infringido, do Regimento Interno, Sr. Presidente?

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Eu tenho a impressão que o apressamento do ilustre Deputado não tem nada a ver com a minha proposta.

Eu queria dizer a Vossa Excelência, Sr. Presidente, fazer a solicitação de que o Deputado que está na tribuna, continuasse no horário reservado à Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o Deputado Deni Schwartz, por mais quinze minutos.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Sr. Presidente, artigo 151. Eu gostaria que a Presidência, quando fosse solicitada a palavra pela ordem, regimentalmente, consultasse dentro do que prescreve o Regimento Interno da Casa, qual o artigo do Regimento que está sendo infringido para que se conceda a palavra pela ordem, por obséquio.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A questão de ordem, levantada por Vossa Excelência, no artigo 151, não confere, nobre Deputado.

Continua com a palavra o Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — A perda do ser humano que este Estado está tendo, é muito mais grave que a perda do seu solo.

Aí está o último recenseamento e a região sul do País é a que tem o menor crescimento demográfico de todo o País.

Por isso, nos preocupa imensamente. E acho que no momento em que se fala em repensar o Paraná, porque estamos nos transformando num novo Rio Grande da década de 50, poderíamos levar isso em consideração.

Deveríamos ver que este Estado está com as fronteiras agrícolas tomadas. E estamos repetindo 20 ou 30 anos depois, os mesmos erros e não dando as soluções aos acontecidos no Rio Grande do Sul. Estamos com um crescimento demográfico menos, em termos de região, em todo País.

E é por isso, Srs. Deputados, que acho que maior do que as perdas que já existiram e verdadeiros crimes de "lesa natureza" neste Estado, são as perdas do capital humano que este Paraná está perdendo.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Acho que Vossa Excelência deveria conceder primeiro a outros Deputados que haviam solicitado.

Mas inicialmente, queria agradecer a Vossa Excelência por ter me concedido este aparte, e ao mesmo tempo cumprimentá-lo pelo brilhante tema enfocado por Vossa Excelência.

Cumprimento-o, porque Vossa Excelência trata muito bem e expõe muito bem o descaso do tratamento dado pelo Governo Central ao Estado do Paraná, e aproveito esta oportunidade para auxiliar também e colaborar com Vossa Excelência sobre uma crítica feita em cima de uma notícia que está no jornal de hoje, quando Vossa Excelência colocou dizendo que "as obras do DNER no Paraná, nenhuma delas está paralisada".

Vossa Excelência se reportou dizendo que ele, na notícia dada, parecia que era uma dívida ao Paraná a não paralisação de nenhuma obra.

Mas esta notícia é mentirosa, nobre Deputado, porque existe uma obra a cargo do DNER na minha cidade, de Campo Mourão, cuja obra está abandonada. Foi paralisada no ano passado e está abandonada. E nenhuma medida até agora foi tomada, para que essa obra fosse reiniciada.

E vêm notícias como esta, dada pelo Diretor Geral do DNER, dizendo que nenhuma obra do DNER no Paraná estaria paralisada.

É mentira, e reafirmo que o é, porque há dias atrás ocupei esta tribuna para também dizer que Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes do Paraná, numa entrevista dada a um canal de televisão, dizia que as obras do DNER no Paraná estavam todas reiniciadas.

Eram inverdades.

E a notícia de hoje vem colaborar, dizendo que a obra da minha região, de Campo Mourão, a cargo do DNER, está paralisada. E tanto isto é verdade que encaminhei à Mesa nesta tarde, um requerimento que seja enviado ao Diretor Geral do DNER, solicitando que aquela obra seja devidamente reiniciada ou que, pelo menos, ele coloque na sua agenda que aquela obra foi iniciada, foi paralisada e encontra-se totalmente abandonada.

Agradeço o aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, para dizer que, além de poucas as obras em nosso Estado, elas inclusive ficaram paralisadas um tempo muito grande, e o Sr. Ministro, agora, diz que não existem mais obras paralisadas no Estado, e Vossa Excelência contribui dessa maneira, mostrando que o Ministro está mal-informado ou mal-intencionado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Com relação à parte substantiva do seu discurso, não tenho muita coisa a acrescentar. Concorde em algumas colocações que Vossa Excelência faz, porque são a expressão da mais pura verdade.

No entanto, prezado Deputado Deni Schwartz, a quem admiro e respeito muito, não posso permitir, sem uma resposta, que Vossa Excelência chame o nosso Governador Ney Braga, de incompetente, e que permaneça, ou que fique em posições políticas e administrativas, "em cima do muro".

Em primeiro lugar, porque não precisaríamos nem argumentar o que significa a mão administrativa, o pulso administrativo de Ney Braga para o Paraná.

Quando a história destas décadas forem escritas, sem dúvida alguma os historiadores que escreverão a história deste Estado, farão uma divisão entre a época antes de Ney Braga e depois de Ney Braga. Porque a época de durante Ney Braga, será, sem dúvida nenhuma, a época em que este Estado conheceu o seu maior desenvolvimento econômico, o seu maior desenvolvimento em todos os setores da atividade.

Com relação à segunda crítica feita pelo seu Partido, de que o nosso Governador "fica em cima do muro", o que não é verdade, — e já tivemos oportunidade de, em apartes, dizer a Vossa Excelência que isso é uma posição apenas partidária e que não corresponde a uma verdade, aproveitaria para fazer uma crítica ao Partido de Vossa Excelência, e usando, para isso, como Vossas Excelências tanto usam, do "Jornal do Brasil" do dia 19 deste mês, que diz o seguinte: "PMDB cala sobre extra de Deputados". O Deputado Fernando Coelho que respondia, ontem, pela Liderança do PMDB, disse que o seu Partido não fixou uma posição a respeito da emenda que legaliza ganhos abusivos dos Deputados estaduais. E se muitos Deputados oposicionistas estão a seu favor é que "recebem" pressão dos Deputados estaduais".

Para comprovar que seu Partido teve posições dúbias em muitas situações. E nesse especificamente, com relação aos jornais que noticiaram, recentemente, que se daria, aos poderes legislativos estaduais, mordomias, o que Vossa Excelência sabe que não é verdade, é uma calúnia, uma infâmia que se faz contra a classe política, a nível estadual, o seu Partido também ficou em cima do muro, não querendo ser a favor, nem contra.

Então, não se pode, às vezes, levantar certas situações em cima de alguns fatos e deixar as nossas casas desguarnecidas.

Só queria fazer este reparo. Deputado, voltando a dizer que concordo na parte substantiva do seu pronunciamento, mas discordo de alguns apartes que Vossa Excelência recebeu, quando criticava, injustamente, o Governador Ney Braga.

Obrigado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Artigo 98, do Regimento Interno: "O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita Pela Ordem, mas poderá cassá-la desde que o orador não indique, desde logo, o Artigo regimental que está sendo desobedecido."

Então, solicitei a palavra, Pela Ordem, no pedido anterior e citei o Art. 151, § 5.º, porque as palavras descorteses com que estavam tratando o Governador do Estado, estavam infringindo o Regimento Interno nesse artigo citado.

Citei esse Artigo 151, com relação às palavras descorteses que estavam sendo usadas com relação ao tratamento ao Governador do Estado.

Invoco, agora, o Regimento Interno novamente, primeiro justificando meu pedido anterior. E, agora, justificando a razão principal daquela interferência, com a utilização, novamente da palavra Pela Ordem do Líder do PMDB, indevidamente.

E Vossa Excelência concedeu-lhe a palavra, infringindo o Regimento Interno, no Artigo 98.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que levantou uma Questão de Ordem, com base no Artigo 151, que, quando a Mesa decide uma Ques-

tão de Ordem de acordo com o Artigo 151.

E quando o nobre Deputado Nelson Friedrich levantou uma Questão de Ordem — o que tem sido normal nesta Casa — eu notava e percebia a Questão de Ordem que Sua Excelência pretendia. Porque, eu havia anunciado, naquela oportunidade, o prazo esgotado do orador que se encontrava na tribuna. E ele pretendia conceder o horário da Liderança do PMDB. Motivo pelo qual não solicitamos que desse o Artigo do Regimento.

Comunico ao Deputado Deni Schwartz que Vossa Excelência tem um minuto para oncluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concluirei.

Primeiro para dizer ao nobre Deputado Gabriel Sampaio que, até em determinado momento, dissemos não que estávamos apenas para acusar o atual Governador. Até dissemos sobre governos anteriores. Está muito fresco, em nossa memória, quando a Aliança Renovadora Nacional foi chamada às falas, por estar nesta Casa, através de ilustres Deputados, retificando o Governo Federal, na história do confisco da soja, em 1978.

Essa atitude que não posso admitir num governante.

Quando o problema do atual Governador, nos parece muito estranho que, enquanto Secretários de Estado estão aí a falar em repensar o Paraná, ele, Governador, admite, em seu Relatório, até com certo orgulho, é só ver a redação, que está emprestando dinheiro ao Governo Federal.

É por isso, a nossa crítica.

E, de mais a mais, temos de repensar também se o Paraná progrediu, ou cresceu, o que me parece uma diferenciação muito grande, e são dados do IPARDES...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência acha que o dado populacional é fundamental? Nós estamos colonizando o Acre, Rondônia, Mato Grosso.

O SR. DENI SCHWARTZ — Absolutamente. Dado fundamental, no meu entendimento é crescimento. É só verificar o boletim do IPARDES. É só manuseá-lo. É do mês de janeiro.

Estaríamos progredindo se não tivéssemos desempregados; estaríamos progredindo, se Curitiba não fosse das regiões metropolitanas desse País, onde maior é o número de desempregados. Estaríamos progredindo e, infelizmente não se encontra presente o Deputado Lázaro Dumont para testemunhar, e aqui estão os dados estatísticos de um órgão oficial. Estaríamos progredindo se de 1972 para 1978 o número de minifúndios não tivesse baixado em 17,9%, e principalmente não pelo minifúndio, mas principalmente os homens que constituem as favelas das grandes cidades não saíram dos minifúndios. Saíram dos 28,9% de empresas rurais que de 72 para 78 diminuíram no nosso Estado e o que foram constituir hoje essas empresas rurais e esses minifúndios? O crescimento de 5% dos latifúndios em exploração.

É esse o Paraná que espero seja repensado e a Casa ideal para isso é essa Casa, Senhor Presidente.

Eu apenas encaminho o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a convocação do Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. Edson Neves Guimarães, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP e Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, à Itaipu Binacional, Furnas - Centrais Elétricas e ELETROBRÁS.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) DENI SCHWARTZ"

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa registra com satisfação a presença em Plenário, do Sargento Randion de

Almeida, Chefe do CIRETRAN, do Município de São João do Ivaí.

Consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

Consulta à Liderança do PP. — (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Registramos em nossa galeria, a presença dos alunos do MOBRAF de Curitiba, acompanhados das professoras Ana Maria Coelho e Elisabeth Davi.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 02/81 (Mens. Govern. n.º 02/81), que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes de Vossa Excelência proceder a verificação de votação, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É feita a chamada).

38 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão e consequente votação.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 09/81, (Mens. Govern. n.º 07/81), que aprova o Termo Aditivo ao Ajuste de Cooperação Financeira celebrada entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Iporã, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia e Cadeia Pública da sede do referido município. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 10/81, (Mens. Govern. n.º 08/81), que aprova os convênios n.ºs 16/80 e 30/80, celebrados entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução das obras de controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONO-ROESTE. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 12/81 (Mens. Govern. n.º 13/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando a execução de obras de desenvolvimento de infra-estrutura urbana. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 13/81 (Mens. Govern. n.º 14/81), que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, com os municípios aqui nominados, visando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 14/81, (Mens. Govern. n.º 15/81), que aprova os Termos de Ajuste ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando a elaboração do Projeto “estudos para uma política de Desenvolvimento Industrial do Paraná” e do Projeto “Pesquisa Conjuntural do Comércio”. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 15/81, (Mens. Govern. n.º 16/81), que aprova o Convênio de Cooperação n.º 01/81, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, e do Departamento Hidroviário da Secretaria dos Transportes, objetivando ligar as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá, via transporte hidroviário. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/81, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com a finalidade de consulta a população para a criação do Município de Missal, a ser desmembrado do Município de Medianeira. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Laura Freitas, ocorrido em Mandaguari. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Slomp Sobrinho, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Luczewski, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Itner, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Meller, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o cancelamento do regime de urgência aprovado para o Projeto de Lei n.º 30/81, e que o mesmo tenha tramitação normal nesta Casa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada. Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Solicitamos a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

1 Sr. Deputado o rejeita,

18 Srs. Deputados o aprovam.

Não há “quorum” para votação, e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro do Planejamento e ao Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo providências no sentido de que os valores do VBC e dos preços de garantia do trigo sejam fixados anualmente no mês de janeiro.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da PARANATUR, Presidente da EMBRATUR e ao Governador do Estado, solicitando gestões junto ao Conselho Nacional de Petróleo, para a abertura dos postos de gasolina nos feriados e fins de semana em Paranaguá, por ser ela uma das cidades mais tradicionais do nosso Estado.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo verba para compra de um micro-ônibus para servir a alunos residentes nas proximidades do Município de Cafelândia.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, encarecendo a criação das Comarcas de Catanduvas e Capitão Leônidas Marques, desmembrando-as de Cascavel.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à “Sociedade 13 de Maio”, pelo 93.º aniversário de sua fundação.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de documento ao Ministro do Planejamento, sugerindo redução dos preços de produtos de primeira necessidade através de subsídios originários da comercialização de bens de necessidade secundária.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Desburocratização, encarecendo que envide esforços junto ao IAPAS, ao Ministério da Indústria

e Comércio, ao Instituto de Marcas e Patentes, no sentido de se eliminar o máximo possível a burocracia, no atendimento dos serviços de interesse da economia e da produção.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, consubstanciado em pedido de informações sobre a cobrança indevida de taxa de esgotos quando o contribuinte está pagando uma taxa de serviço.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro das Comunicações, Presidente da TELEBRÁS e Presidente da TELEPAR, em forma de apelo no sentido de serem extintas as cobranças da taxa destinada ao Fundo Nacional de Telecomunicações.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a regularização de atividade curricular na escola da Ilha Grande, no Rio Paraná, Município de Altônia, através de interferência da Secretaria da Educação.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao INCRA-MA, consubstanciado em sugestão visando extinguir a norma que impede o desmembramento de áreas rurais.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de sugestão visando a pavimentação asfáltica do trecho que liga a localidade de Central Santa Cruz à cidade de Cafelândia.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, sugerindo a instalação de monocal telefônico para a localidade de Central Santa Cruz, no Município de Cafelândia.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo 5.º aniversário de fundação do Jornal “O Paraná”, editado na Cidade de Cascavel.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Secretaria da Educação, solicitando o encaminhamento de um pedido de estudo de projeto para criação e instalação de uma escola agrícola, no Município de Toledo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela eleição da primeira diretoria da Federação das Associações dos Conjuntos Habitacionais de Londrina.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações ao Sr. Presidente da COHAPAR, sobre o projeto de asfaltamento do conjunto habitacional “Henrique Alves Pereira” do Município de Ibioporã, inaugurado há dois anos e que não conta com nenhum serviço de infra-estrutura.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos anais desta Casa do relatório elaborado pelo economista José Henrique do Carmo, denominado

"Os aproveitamentos do Potencial Hidrelétrico do Paraná e suas Consequências".— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação do sistema integrado de rede de distribuição de água e esgoto na Cidade de Jesuíta.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de 50 casas populares para o Distrito de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "O Paraná", pelo seu 5.º ano de existência na Cidade de Cascavel.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa o Editorial do Jornal "O Paraná", do dia 15 de maio, bem como voto de congratulações pela passagem do seu V aniversário de fundação.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja consignado na Ata dos trabalhos legislativos desta Assembleia um voto de congratulações pelo "Dia do Assistente Social", comemorado no dia 15 transato.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar gestões junto à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, a fim de regulamentar com urgência a legislação referente à contagem recíproca para os servidores do Estado, conforme determina o Decreto Federal n.º 85.805, de 30/03/81.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do octagésimo quinto aniversário do Colégio Bom Jesus, de Campo Largo.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Chefe da Casa Civil da Presidência e ao Ministro dos Transportes, encarecendo que sejam atendidas as reivindicações dos camioneiros autônomos de nosso Estado, que pleiteiam trinta e dois por cento de reajuste nos valores atualmente vigentes.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo urgência na conclusão da construção da ponte do Rio dos Patos, localizada na BR-373 que liga Ponta Grossa a Foz do Iguaçu.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse na Presidência da Federação dos Trabalha-

dores no Comércio do Estado do Paraná, do Sr. José Roque da Silva.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando envio de expediente ao Juizado de Menores, sugerindo a proibição da venda de cigarros a menores de 18 anos em todos os municípios.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando convocação do Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná, para prestar esclarecimentos a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à ITAIPU Binacional, Furnas, Centrais Elétricas S/A. e ELETROBRÁS.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo dos mesmos a regulamentação da Lei n.º 02/80, de 07/07/80, que proíbe fumar em veículos de transporte coletivo intermunicipal.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja mudado o horário de aulas nas escolas de 1.º Grau, durante, ao menos, a quadra hiberna, a fim de que as crianças, oriundas de famílias de mais escassos recursos, não sofram com os rigores do frio.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Geral do DNER, encarecendo o reinício e conclusão do "Anel Viário" de Campo Mourão.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 181/80, 191/80, 194/80, 01/81, 04/81, 09/81, 10/81, 14/81, e de Resolução n.º 18/81.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 08/81, 09/81 e 10/81.

Marcando ainda, uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 22, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 131/80 e 23/81.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA À CONSTITUIÇÃO
3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos dez dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, às onze horas e quinze minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Deputado GABRIEL SAMPAIO, os Srs. Deputados membros efetivos da Comissão Especial de Reforma à Constituição. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos,

e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, ocasião em que foi relatada pelo Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, a Redação Final da Proposição 72/80, de autoria do Sr. Deputado GABRIEL SAMPAIO, alterando o parágrafo segundo, do Art. 42, e o Art. 147 da Constituição Estadual, colocada em votação a mesma foi aprovada por unanimidade, na forma de Emenda Substitutiva, apresentada pelo Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, Relator Geral da Comissão. Sendo o que constava e nada mais havendo na Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos mandando que se lavrasse a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO GABRIEL SAMPAIO
Presidente
AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS
Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 9a. LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos sete dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e um, às quinze horas, na Sala de reuniões desta Assembléia Legislativa, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: FRANCISCO ESCORSIN, AGUINALDO PEREIRA LIMA, ANTÔNIO FACCI e EGON PUDELL, representantes do Partido Democrático Social e TRAJANO BASTOS e LINEU MANSANI TURRA, representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; ADALBERTO DAROS, representante do Partido Trabalhista Brasileiro. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Sr. Deputado FRANCISCO ESCORSIN, declarando abertos os trabalhos e instalada a Comissão de Tomada de Contas. Em seguida, anunciou a realização da eleição aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão. Continuando com a palavra, apresentou sugestão no sentido de que fossem preenchidos determinados cargos, pelos Srs. Deputados: ANTÔNIO FACCI e TRAJANO BASTOS, respectivamente. Sugestão apoiada por unanimidade pelos seus nobres Pares e aceita por ambos. Na ocasião, agradeceram pela confiança que a eles foi depositada. Assumido os cargos, o Sr. Presidente designou a funcionária Eumênia de Oliveira, para desempenhar as funções de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, do qual, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, Secretário que, após lida e achada conforme pelo Sr. Presidente da Comissão e demais Membros.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 1.981.

(aa) ANTÔNIO FACCI
Presidente
TRAJANO BASTOS
Vice-Presidente
EUMÊNIA DE OLIVEIRA
Secretária

MEMBROS:

| | |
|--------------------|------------------------|
| Francisco Escorsin | Aguinaldo Pereira Lima |
| Adalberto Daros | Lineu Mansani Turra |
| | Egon pudell |

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 9a. LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos sete dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e hum, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, com o fim específico de proceder sua instalação, bem como, a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel e havendo número legal, foi declarado abertos os trabalhos. Procedida a votação, verificou-se a eleição dos Srs. Deputados NELSON BUFFARA e NESTOR BAPTISTA, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo a direção dos trabalhos, o Presidente eleito falou em seu nome e de seu Vice-Presidente, agradecendo a confiança de seus nobres Pares e ressaltou o seu propósito de conduzir este órgão técnico da Casa, dentro do regime de trabalho e dignidade legislativa e a seguir deixou livre a palavra e como ninguém fizesse uso da mesma, o Sr. Presidente estabeleceu que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência. Na oportunidade indicou para secretariar a Comissão, o funcionário BOANERGES DE MENEZES CALDAS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Membros e por mim, Secretário, para que produza os efeitos legais.

Deputado NELSON BUFFARA
Presidente
Deputado NESTOR BAPTISTA
Vice-Presidente
BOANERGES DE MENEZES CALDAS
Secretário

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
2a. SESSÃO LEGISLATIVA — 9a. LEGISLATURA
ATA DA 1a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e hum, às dezessete horas, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Recursos Humanos, sob a Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara e havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, tendo sido relatado pelo Sr. Deputado JURANDIR MESSIAS, o Projeto de Lei n.º 30/81, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 34/81, que altera os dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.297 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná), com parecer favorável da Comissão. Sendo o que constava da Ordem do Dia, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, tendo sido lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Membros e por mim, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Deputado NELSON BUFFARA
Presidente
BOANERGES DE MENEZES CALDAS
Secretário

3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 9a. LEGISLATURA
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
ATA DA INSTALAÇÃO.

Às dezessete horas do dia cinco de maio de um mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniram-se os Deputados: PAULO CAMARGO, RENATO BERNARDI, MÁRIO CELSO, BASÍLIO ZANUSO, LÁZARO DUMONT, QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA e JOSÉ DOMINGOS, convocados pelo primeiro, na forma regimental, para o fim específico de proceder à instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, Deputado Paulo Camargo, declara instalados os trabalhos da presente Comissão. Em seguida, são eleitos, por unanimidade, os Deputados RENATO BERNARDI e LÁZARO DUMONT, respectivamente, para presidente e Vice-Presidente. O Sr. Deputado RENATO BERNARDI, assumindo a Presidência, agradece, em seu nome pessoal e no Deputado LÁZARO DUMONT, pela deferência de seus pares, que os sufragaram, dizendo de seu propósito de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Presidente que o antecedeu, no que diz respeito à Ecologia, observadas as atribuições afetas à Comissão. O Sr. Presidente comunica que a realização de reuniões da Comissão, ficará condicionada à existência de matéria de sua competência. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrados os trabalhos da presente reunião, dos quais, para constar, eu, Myrthes Magda Gomes, Secretário da Comissão, lavro a ata que, após assinada, será publicada, para que produza os efeitos legais.

(aa) DEPUTADO RENATO BERNARDI

Presidente

DEPUTADO LÁZARO DUMONT

Vice-Presidente

DEPUTADO PAULO CAMARGO

DEPUTADO QUIELSE CRISÓSTOMO

DEPUTADO BASÍLIO ZANUSO

DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS

DEPUTADO MÁRIO CELSO

MYRTHES MAGDA GOMES

Secretária

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 9a. LEGISLATURA
ATA DA 1a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e um, às dezesseis horas e cinquenta minutos, reuniram-se ordinariamente na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Deputado WILSON FORTES, os Srs. Deputados CYRO MARTINS, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, EDILSON ALENCAR e TÚLIO ZANCHET, Membros efetivos da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos, solicitando ao Sr. Secretário, a leitura da Ata da reunião anterior, usando da palavra o Sr. Deputado EDILSON ALENCAR, pediu dispensa da leitura da mesma, Deferido. E como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, ocasião em que foi relatada pelo Sr. Deputado TÚLIO ZANCHET, a Proposição n.º 30/81, de autoria do Sr. Deputado JOSÉ TAVARES, solicitando o pronunciamento formal da Comissão de Terras, Imi-

gração e Colonização, sobre o caso do Quinhão 11, de Sertaneja. Cujos proprietários estão ameaçados de despejo em decorrência de decisão judicial. Parecer favorável. Aprovado. Sendo o que constava da ORDEM DO DIA, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, mandando que se lavrasse a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos de Lei.

DEPUTADO WILSON FORTES

Presidente

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS

Secretário

COMISSÃO DE TURISMO

3a. SESSÃO LEGISLATIVA - 9a. LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Turismo, com a presença dos Srs. Deputados: ROSÁRIO PITELLI, DAVID CHERIEGATE, TÉRCIO ALBUQUERQUE, QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, ADALBERTO DAROS, GILBERTO AGIBERT FILHO e NESTOR BAPTISTA. Na forma regimental assumiu a Presidência dos trabalhos o Sr. deputado ROSÁRIO PITELLI, declarando instalada a Comissão de Turismo, comunicando aos Srs. Membros que em seguida procederá a eleição para a Presidência da mesma. Efetuada a eleição, foram eleitos por unanimidade à Presidência, o Sr. Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE e Vice-Presidência o Sr. Deputado ADALBERTO DAROS. Após o resultado, ambos agradeceram os nobres Pares a honra e confiança neles depositadas. Na oportunidade, o Sr. Presidente designou a funcionária Cléa Carneiro Teixeira, para exercer a função de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Cléa Carneiro Teixeira, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, e por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente e demais Membros presentes à reunião, a fim de que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE

Presidente

Deputado ADALBERTO DAROS

Vice-Presidente

CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA

Secretária

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 9a. LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e um, compareceram à Sala de Reuniões das Comissões, os Srs. Deputados indicados para comporem como Membros efetivos à Comissão de Indústria e Comércio, a fim de procederem a instalação e a eleição do Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão. Iniciados os trabalhos, procedeu-se a eleição e verificada a votação, constatou-se a maioria de votos para os Srs. Deputados Ruben Valduga e Gilberto Agibert Filho, para qual

Presidência e vice-Presidência respectivamente. Assumindo o cargo para qual fora eleito, usou a palavra o Sr. Deputado RUBEN VALDUGA, que em nome pessoal e em nome do Sr. Vice-Presidente, agradeceu tão honrosas investiduras, dizendo do propósito em dinamizar os trabalhos da Comissão de Indústria e Comércio e de pretenderem retribuir à altura dos membros da mesma e dos demais Deputados deste Poder Legislativo, nos cargos em que ora foram eleitos. Após o que, estabeleceu-se que as reuniões da Comissão de Indústria e Comércio, ficarão condicionadas à existência de matérias e outras ocorrências afetas a mesma, e que quando tal acontecer, realizar-se-á através de reunião convocada pelo Sr. Presidente

conforme determina o Regimento Interno e em hora convenientemente a ser estabelecida, e também indicou o funcionário Jayro Camargo, para continuar a exercer as funções de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se os trabalhos, dos quais, para contar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e Vice-Presidente, demais membros presentes e por mim Secretário, a fim de que produza os efeitos legais.

Deputado RUBEN VALDUGA
Presidente
Jayro Camargo
Secretário